

Mudanças na remessa de lucros preocupa Câmara Americana de Comércio ⁽³⁾

SÃO PAULO — Em 39 anos de levantamento do Banco Central, as remessas de lucros de todas as empresas com capital estrangeiro dos 65 países com investimentos no Brasil não chegaram a 10 bilhões de dólares, o que significa uma quantia inferior aos juros de um único ano devidos pelo país aos bancos estrangeiros. Ao citar dados dessa ordem, durante palestra a 300 executivos de comércio exterior, o presidente da Câmara Americana de Comércio, Seção São Paulo, Christopher Lund, defendeu a manutenção, no texto da nova Constituição, das regras que prevalecem no Brasil, onde o capital estrangeiro recebe o mesmo tratamento do capital nacional.

Lund, que comanda uma entidade onde 60% dos associados são empresas brasileiras com capital estrangeiro e os outros 40% ficam divididos entre empresas com capital nacional e capital não brasileiro, disse que o tema é muito importante para ser discutido, justamente porque o Brasil poderá ter problemas em obter recursos para novos investimentos se a Constituinte mantiver essa postura.

O empresário lembrou que os investimentos estrangeiros são um fato incontestável para promover o crescimento econômico de um país, citando um dado do Banco Central: o comércio com os 11 países que mais investiram no Brasil responde por 74% do superávit de sua balança comercial. Ou seja: quanto maior o capital de risco investido, maior a exportação e maior o saldo comercial.

Lund alerta para essa situação, entendendo que somente com os investimentos de capital de risco o Brasil poderá manter o seu programa de crescimento econômico e promover a melhor redistribuição de renda, para sair da humilhante posição de ter uma renda *per capita* (PIB dividido pela população) correspondente a apenas 17% da média das maiores economias industrializadas, como o Japão e os Estados Unidos.

De acordo com Lund, o comentário de que estaria havendo fuga de capital do Brasil a partir do segundo semestre de 1985 — primeiro em função da Lei de Informática e depois dos trabalhos da Constituinte — constitui um exagero.

— O que ocorre é que o problema deve ser visto dentro de um contexto, onde entram outros aspectos, como a inflação, a crescente participação do estado na economia, o déficit público, o congelamento de preços, o congelamento de câmbio —, analisa Lund, para quem o investidor estrangeiro faz uma série de estudos antes de tomar suas decisões. É isso o que ocorre em Portugal, onde os brasileiros já investiram 2 bilhões 500 milhões de dólares, sabedores de que nesse país não há discriminação entre capital nacional e estrangeiro — lembra Lund.

☐ Em Viena, Robert Heller, um dos sete governadores do Federal Reserve Board (FED, o banco central americano), anunciou que estão sendo estudadas novas regras ampliando as possibilidades de investimentos dos bancos americanos em países do Terceiro Mundo, de modo a facilitar o recebimento de dívidas desses países. Estas regras podem ser introduzidas em breve, mas Heller se recusou a esclarecer quais seriam. No mês passado, o Federal Reserve já havia anunciado que no futuro os bancos americanos poderão adquirir até 100% de ações de empresas no Terceiro Mundo, contra os 20% permitidos atualmente. Porém, os bancos terão que revender estas ações num prazo de cinco anos e só poderão investir em companhias que estejam sendo privatizadas. Estas últimas restrições, segundo banqueiros americanos, poderão ser relaxadas pelo FED.